



Revista
Symposium

QUESTÕES DA PRÁTICA CLÍNICA NO ENFOQUE FENOMENOLÓGICO- EXISTENCIAL*

Iaraci Advíncula**

Resumo:

Este texto enfoca a tensão permanente entre teoria e prática no fazer clínico com inspirações fenomenológico-existenciais. Reflete sobre a superação do pensamento de Husserl, à medida que ele ainda representa idéias da tradição metafísica ocidental e aponta para os filósofos da finitude Nietzsche, Heidegger e Levinás, como possibilidades de interlocuções férteis para a compreensão da condição humana. Com essa inspiração, o texto vai redimensionar algumas questões teóricas desenvolvidas por Carl Rogers na Teoria da Terapia Centrada no Cliente. Em continuidade, a autora aborda aspectos relacionados ao psicodiagnóstico, transferência, inconsciente e enquadre terapêutico, resultado da sua experiência como psicoterapeuta e supervisora de estágio da Clínica-escola da Universidade Católica de Pernambuco. Finalmente, o texto ressalta a ética instaladora do devir humano, a partir da qual se dimensionam todas as questões teórico-práticas.

*Palestra proferida na UFPE, em 25 de fevereiro de 1999, por ocasião do Seminário Integrado: "Resignificando um paradigma: as práticas psicológicas existenciais-fenomenológicas".

**Psicóloga, psicoterapeuta, professora e supervisora de estágio da UNICAP. Mestranda em Psicologia Clínica.

Palavras-chave: teoria e prática clínica - fenomenológico-existenciais - filósofos da finitude.

Abstract:

This article focuses the permanent tension between theory and practice in the clinical intervention with phenomenologicals-existentials inspirations. It reflects Husserl's outmoded thoughts while representing the ideas of western metaphysical tradition and leads to the philosophers of finitude Nietzsche, Heidegger and Levinas as possibilities of fertile dialogues for the comprehension of human conditions.

With this inspiration, the text redraws few theoretical questions developed by Carl Rogers in his Client Centered Therapy Theory.

As a follow up the author, some aspects related to psycho-diagnosis, transference, unconscious and therapeutic frame are discussed by the author as a product of her experience as a psychoterapist and as a student supervisor in the University-Clinic at the Catholic University of Pernambuco. Last but not least, the text emphasizes the ethic that will guide the human prospective from the standpoint that gives dimension to all the theoretical-practical questions.

Key Words: theory and clinical practice - phenomenologicals-existentials - philosophers of finitude .

Este tema, "Questões da prática clínica no enfoque fenomenológico-existencial," que me propus a abordar nesta mesa intitulada "Aplicando na Prática," é fértil em questões e instigante como um campo aberto de possibilidades. Gostaria de iniciar as minhas reflexões por um aspecto anterior e ao mesmo tempo simultâneo ao que quero destacar, nesse tema. Digo anterior porque vou referir-me, inicialmente, ao título que nomeia esta mesa, que veio antes, à medida que, foi a partir dele, que a minha fala foi proposta. No entanto é simultâneo, já que não se pode pensar numa prática como uma simples aplicação de uma teoria, nem em uma teoria desvinculada de um fazer prático. Neste momento, e ainda no início des-

te meu dizer, parece-me fundamental destacar a **tensão permanente e essencial** entre teoria e prática.

Na história do desenvolvimento do conhecimento, os seus momentos mais significativos sempre foram decorrentes de um **fazer** gerador de construções teóricas e, por outro lado, de construções teóricas que serviam de balizador aos caminhos percorridos ou a percorrer. Sempre que estivermos desvinculando uma coisa da outra, estaremos criando uma situação artificial e, portanto, bloqueadora das questões vitais da constituição humana. Pensar o humano e sobre o humano exige pensarmos, permanentemente, na implicação com os fatos da vida. Dito isso, espero estar deixando claro de que lugar estou falando. Portanto, é no defrontamento com os **dados** da minha prática clínica que tenho levantado questões à teoria e é, com inspirações na teoria, que tenho desenvolvido minha prática como terapeuta em consultório particular, há quase vinte e sete anos e como supervisora de estágio na Clínica-escola da Universidade Católica de Pernambuco há mais de duas décadas. Durante esse percurso, permeado por ele e o constituindo, tive muitas experiências ricas e intensas com os meus mestres, colegas, colegas-mestres, clientes e supervisionandos, que muito me têm ensinado sobre a vida, sobre o humano e, particularmente, sobre nós mesmos. Em decorrência, foi dentro dessas relações e vivendo nelas que me deparei com questões em torno, por exemplo **da transferência**, e tive que pensar sobre elas. Deparei-me, também, com outras questões que extrapolavam o conceito de **intencionalidade da consciência** e tive que refletir e saber lidar com tópicos que dizem respeito ao **inconsciente**.

À luz dos princípios teóricos da Teoria da Terapia Centrada no Cliente, teoria que tem inspirado a minha prática clínica e a partir da qual me tenho desenvolvido, o conceito de transferência poderia ser interpretado como a distorção do encontro, ou representaria passos anteriores no processo do encontro humano pleno, aqui entendido, nos moldes de uma relação dialógica buberiana.

No bojo dessas reflexões, volto-me para a prática, e para as nossas vidas e sou obrigada a reconhecer

o desamparo humano. Refiro-me **ao desamparo** que reconheço, não como algo acidental e fortuito, mas como algo que faz parte da contingência humana. Desamparo de um ser **finito e temporário**. De onde, a origem de nossas angústias existenciais? De onde, as nossas carências? Não seria da consciência da nossa impermanência?

Parece que reconhecer **a vida** implica em reconhecer **a morte**. Esse fato precisa ser assimilado, por mais paradoxal que seja para as nossas mentes acostumadas a temê-lo e a renegá-lo. Na ilusão de superar a realidade da finitude e da incompletude, costumamos esquecer-las, ou a fazer de conta de que só é real na vida dos outros. Aqui e acolá, fatos e acontecimentos irrompem nas nossas vidas, desalojando as certezas cristalizadas e as idealizações impedidoras do desenvolvimento e expansão do homem. No entanto, o devir humano ou o fluir da vida implica na condição humana de **finitude** e **incompletude** e é impulsionado por essa condição.

Para fazer jus, portanto, a um enfoque fenomenológico-existencial, precisaremos ir além de Hurssel, porque suas idéias, ainda, estão impregnadas de essência, de substantivação e de idealizações. Como, por exemplo, o conceito de intencionalidade da consciência que segundo FIGUEIREDO(1997)¹ “(...) *postula a exata e absoluta contemporaneidade de sujeito e objeto: além de feito um à medida do outro, dão-se ao mesmo tempo, no presente comum(...)*”(p.41). Ir além de Hurssel significa instituímos, como nossos interlocutores, **os filósofos da finitude**, que, nessa medida, podem oferecer melhores condições para a prática de um pensamento fenomenológico-existencial, a saber Nietzsche, Heidegger e Levinás. Com eles, e especialmente com Heidegger, vamos apreender que a essência do ser é **a ser**. Diferente da concepção de Hurssel e de todos os representantes da tradição filosófica tradicional, que defendem a **metafísica da presença**, ou seja, “(...) *a suposição de que ser é estar em presença no presente e de que o futuro e passado são modos derivados e inferiores de presença(...)*”(FIGUEIREDO,1997,p.41)². Na esteira dessas idéias, precisaríamos, também, ir além de Buber, que tão maravilhosamente nos ensinou sobre a relação EU e TU. E aprender com Emanuel Levinás, filósofo



sofo lituano e grande admirador de Buber, que introduz, na noção de **encontro**, a noção de **desencontro**. Na visão buberiana, o diálogo é concebido sincronicamente, e nela o EU e o TU estariam nivelados. Por outro lado, Levinás concebe o diálogo implicando, também, uma diacronia e desnivelamento. Nessa concepção, o Tu contém um **ele** ou **eleidade**, no dizer levinasiano, que **extrapola** o Eu e o **excede**. Para Buber, reconhecer o outro na sua diferença é recohecê-lo como um outro diferente de mim e, com isso, sair de um relacionamento Eu-isso e entrar numa relação Eu-Tu. Para Levinás, no reconhecimento da diferença do outro, é necessário, também, **reconhecer o outro do outro**. Melhor dizendo, reconhecer, no Tu, aquilo que não é a minha medida e, portanto, **excede a minha capacidade de entendimento e representação**.

Na sua condição de desamparo, acima aludida, o ser humano estaria sempre sujeito a desalojamentos de várias ordens. Condição imprescindível para o devir humano que advém exatamente com a irrupção dos estranhamentos ou rompimentos das situações cotidianas. Voltando às questões da transferência e do inconsciente e, à luz dos ensinamentos da filosofia da finitude, poderíamos dizer, no primeiro caso, que a transferência, também, constituiria o encontro, e que o inconsciente é o que excede, o que extrapola, a diferença que rompe com as lógicas identitárias do “si mesmo” e, por isso, impulsionador do devir humano. Ilustraremos melhor essa idéia com os ensinamentos de NAFFAH NETO(1992)³, que, ao definir o inconsciente, falamos dele como subversivo e não conhecedor da ordem “ (...) *suas leis são o acaso, o devir, a multiplicidade. Invisível e indizível, não conhece olhar ou linguagem capazes de dar conta da sua sempre exuberância. Nômade, não conhece morada fixa, sendo o eterno construir e destruir de si próprio. Margem, excesso, diferença, transmutação; que outros nomes poderiam aludir a esse eterno-re(iterado)tornar; esse incessante, incansável devir?*” (p. 71-72).

No continuar das digressões teórico-práticas, quero acrescentar que, à luz da teoria de Carl Rogers, aprendi sobre a inadequação do uso do diagnóstico. A rotulação que essa prática ocasiona aprisionaria o meu olhar, além de implicar o desconheci-

mento e a criação de impossibilidades para o devir humano. O diagnóstico, na verdade, em vez de acontecer como resultado de uma leitura clínica que o psicólogo faria dos dados obtidos do cliente, anterior ao relacionamento terapêutico, deve ser o resultado de uma apreensão decorrente do processo terapêutico e efetuada na mutualidade da interação de ambos, terapeuta e cliente. No entanto, ao mesmo tempo que não podemos aprisionar-nos, nem ao terapeuta, nem ao cliente, com rotulações diagnósticas, não podemos desconhecer as várias situações de padecimento humano, que implicam manifestações variadas nos comportamentos das pessoas. Essas situações são detectadas pelo clínico e deverão ser partilhadas com o cliente no trabalho de psicodiagnóstico elaborado em conjunto, terapeuta e cliente, na medida da efetivação dos encontros. O cliente, afetado por essas intervenções ou pontuações, irá adiante no seu processo de compreensão, acrescentando outros elementos diagnósticos como fruto do desenvolvimento da sua capacidade de apreensão de si mesmo e dos outros. Trata-se, neste momento, de uma nova maneira do uso do diagnóstico, agora, não mais como resultado de um raciocínio clínico que o psicólogo faria, usando o seu cliente como objeto de suas reflexões, mas, sim, como resultado de um compartilhar e como interações de saberes. Refiro-me à interação do saber do cliente e do saber do terapeuta que, na medida das suas diferenças, se equivaleriam, em prol do crescimento de um deles, o cliente. Como se pode deduzir, essa nova perspectiva do diagnóstico implicaria, não um momento anterior da psicoterapia, lugar nobre onde as mudanças ocorreriam, mas ele próprio um momento rico de promoção de acontecimentos.

Trabalhar, dessa forma, tem sido possível, para mim e alguns outros colegas da equipe da Clínica-escola da UNICAP, a partir da implantação do Serviço do Psicodiagnóstico Interventivo em Grupo para Pais e Crianças. A implantação desse serviço tem contribuído, de forma significativa, para a ajuda do atendimento da população que procura o Serviço, e para a formação dos alunos. Essa experiência foi inspirada no livro organizado por ANCONA-LOPEZ,(1995)⁴ “Psicodiagnóstico: Processo de Intervenção”, e já resultou na elabora-

ção de um texto, com a colaboração da colega Patrícia Warllerstein Gomes, e publicado no primeiro número, da Revista Symposium do Departamento de Psicologia (1999)⁵ da UNICAP.

A partir dessas colocações fundamentais para situar as questões da prática clínica no enfoque fenomenológico-existencial, tema desta minha palestra, gostaria de, na continuação das minhas idéias, chamar a atenção para a dimensão ética. Dimensão sem a qual não poderemos construir, humanamente, o nosso trabalho e a nossa vida. Quero, aqui, recuperar, nesta colocação da questão ética, o sentido etimológico da palavra grega *ethos*, que significa além de hábitos e costumes, habitação e morada. Parece que a nossa civilização tecnicista valorizou tanto os hábitos e os costumes, um dos sentidos do termo *ethos*, desvinculando-o do outro sentido implícito do termo, que é habitação e morada. Como acontece com toda desvinculação, essa, também, teve o poder de destituir a palavra do seu sentido autêntico, predominando o seu sentido derivado. Recuperar o significado etimológico do termo possibilita lançar junto os dois sentidos e compreender o real significado da palavra ética, em que hábitos e habitação ou costumes e morada se reúnem para representar a instalação do humano.

“(...) considerar o ethos como casa, instalação, é ver nele - nos valores, nas posturas, nos costumes e hábitos - algo equivalente à moradia de onde podemos contemplar a uma certa distância as coisas ‘lá fora’ (como a casa organiza o espaço e gera uma série de diferenciações internas e externas, os costumes organizam nosso espaço e nosso tempo); (...)” (FIGUEIREDO,1995, p. 45)⁶.

Falemos, então, dos *“costumes que organizam o nosso espaço e nosso tempo”* nas práticas clínicas. Referimo-nos às regras-técnicas do nosso fazer clínico. Queremos destacar, nesta oportunidade, algumas questões em torno do enquadramento terapêutico, ou seja, contrato, pagamento e limites que a relação terapêutica impõe. Destacamos esses elementos porque a teoria da Terapia Centrada no Cliente não explicita esses pontos, ou não os desenvolve com precisão e clareza que o assunto exige. Acreditamos que as preocupações antitecnicistas desta teoria e a crença na hipótese da tendência à

autodeterminação, princípio fundamental dos terapeutas humanistas, renegaram estas questões a segundo plano. *“Lembra-nos Heidegger no texto sobre a técnica: ‘O fazer do camponês não desafia o solo do campo. Ao semear a semente, ele entrega a semente às forças do crescimento e protege seu desenvolvimento’. Talvez esta imagem idílica por si só não dê conta nem do fazer do camponês, que, antes de semear, deve arar a terra, limpá-la, revolvê-la, arejá-la.”* (FIGUEIREDO,1999.p.24)⁷. De forma análoga, entregar-se às forças do crescimento não dá conta do fazer clínico, que necessita dos hábitos e costumes para a instalação do tempo e do espaço, fundamentais para o acontecer do processo terapêutico.

Passemos ao contrato. O que é o contrato, senão uma troca regulada de obrigações recíprocas, que servirão de sustentação para a criação de um clima básico de confiança, que permita que se possa contar com a presença do outro? Estou, nesta definição de contrato, parafraseando a definição que FIGUEIREDO(1995)⁸ fez sobre ética. Diz ele:

“Uma ética, na verdade, institui uma troca regulada de afetos e obrigações recíprocas entre os indivíduos; é esta reciprocidade que permite que cada um possa, dentro de certos limites, confiar, contar com a presença de alguns outros.”(p.49)

Como confiar e contar com a presença do outro, se não se instala, pela regularidade e sistematização, a hora e o lugar dos encontros? Cabe ao terapeuta oferecer um lugar seguro e tranquilo. Cabe ao terapeuta estar, pontualmente, na hora e no lugar marcados. Cabe ao terapeuta cumprir com a regularidade dos encontros. Essa regularidade é fundamental para a instalação dos ritmos⁹ próprios e singulares de cada um, e dos ritmos que serão peculiares dos encontros daquela dupla específica. Como descobrir, criar e executar os movimentos necessários para a dança do encontro terapêutico, sem essas regras fundamentais? Essas são as condições mínimas para que o cliente comece a experimentar um espaço e um tempo que é seu. Faz parte da questão do contrato a questão do pagamento. Mas, por ser esse um assunto complexo e nem sempre fácil de tratar, quero dar um certo destaque ao falar sobre ele, embora saiba que o espaço de uma palestra não será suficiente para

esgotar o que demandaria um tempo muito maior. Na verdade, trabalhar sobre essa questão, muitas vezes, exige o espaço de toda uma formação.

Inicialmente, quero lembrar que o homem é um animal simbólico. Isso significando que, ao falarmos em pagamento, não estamos só falando no dinheiro, ou qualquer outro elemento que tenhamos convencionado como forma de pagar os bens recebidos. Estamos, sim, necessariamente, falando, também, em sentidos, significados, afetos e sentimentos. Portanto, toda essa economia e investimento têm conotações ambíguas e complexas. Reparem que essas palavras falam, não só do dinheiro que está sendo empregado naquela situação, mas também de toda carga afetiva envolvida. Que valor o cliente estará dando a si mesmo quando investe num processo terapêutico? De que dificuldade o estagiário estará falando quando não consegue cobrar do seu cliente? Em que direção estará se apontando, quando se adquirem objetos de toda ordem e não se consegue pagar devidamente o valor da sessão terapêutica? Essas indagações, por si só, dão uma idéia da enorme dimensão que o assunto implica.

O pagamento é fundamental não só como um dos elementos para formalizar o contrato de trabalho e a *troca regulada de afetos e obrigações recíprocas*, como aludida anteriormente, mas também na proporção que vai possibilitar a marca diferenciadora, naquela relação humana peculiar. Afirmo isso, à medida que é fundamental demarcar o espaço terapêutico como um lugar de trocas afetivas imprescindíveis na criação e recriação do devir humano, com as especificidades que este trabalho exige. Como expressar toda a sorte de emoções e construir a rede de afetos na qual se constituirão as possibilidades do trabalho psicoterapêutico sem a efetuação do pagamento? Como ter condições de aprender a expressar sentimentos de hostilidade a alguém que “acolhe a minha dor,” sem essa marca diferenciadora? Claro que aqui me refiro ao pagamento que se adequará às condições de cada um. Numa instituição de atendimento a uma população carente, esse pagamento variará desde um valor simbólico a, muitas vezes, nada. O importante é que fique caracterizada a formalização de um registro e de um enquadramento

a uma situação específica de pagamento, o que contribuirá para a constituição daquele lugar em que se pode *contar com a presença de alguns outros*.

Passemos, agora, para o terceiro elemento que destaque do enquadramento terapêutico e que intitulamos de limites que a relação terapêutica impõe. Referimo-nos a determinadas situações que inviabilizam as possibilidades de trânsito livre da escuta clínica. Compreenda-se a expressão “trânsito livre” aquela isenção de ânimo, mínima e necessária para possibilitar o fazer terapêutico. Caso o terapeuta tenha algum envolvimento de outra ordem com o seu cliente, como proceder eficaz e eficientemente no que se fizer necessário? Como, se o tal envolvimento, como a própria palavra denuncia, será o impedimento para a isenção de ânimo, fundamental e necessária? Não se pode ser terapeuta de todas as pessoas e em qualquer circunstância.

Para terminar, gostaria de sublinhar que o desprezo às regras e técnicas não são garantia de se construir uma relação terapêutica humana e sensível. Muito pelo contrário, a presença delas é que vai garantir “*uma troca regulada de afetos e obrigações recíprocas*,” que criará as condições para a instalação do humano.

Esses são elementos que os dados da prática clínica evidenciam e impõem questões à teoria.

E-mail-iaraci@w3vd.com.br

NOTAS

¹FIGUEIREDO, Luiz Cláudio *O Interesse de Levinás para a Psicanálise: Desinteresse do Rosto*. Cadernos de Subjetividade, São Paulo, 5 (1) : 39-51, dezembro, 1997.

²FIGUEIREDO, Luiz Cláudio *O Interesse de Levinás para a Psicanálise: Desinteresse do Rosto*. Cadernos de Subjetividade, São Paulo, 5 (1) : 39-51, dezembro, 1997.

³NAFFAH, Alfredo Neto *O Inconsciente como Potência Subversiva*. São Paulo: Escuta, 1992.

⁴ANCONA-LOPEZ, Marília *Psicodiagnóstico: Processo de Intervenção*. São Paulo: Cortez, 1995.

⁵ *Symposium*, Revista do Departamento de Psicologia, ano1, número 1, jan-jun.,1999, p.10-22.

⁶ FIGUEIREDO, Luiz Cláudio *Revisitando as Psicologia: Da Epistemologia à Ética nas práticas e discursos psicológicos*. São Paulo:EDUC; Petrópolis: Vozes,1995.

⁷ FIGUEIREDO, Luiz Cláudio *Presença, Implicação e Reserva: Acerca da Técnica em Psicanálise*. Texto não publicado, 1999.

⁸ FIGUEIREDO, Luiz Cláudio *Revisitando as Psicologia: Da Epistemologia à Ética nas práticas e discursos psicológicos*. São Paulo:EDUC; Petrópolis: Vozes,1995.

⁹ Estas idéias foram sugeridas pelo meu orientador da tese do Mestrado, Luís Cláudio Figueiredo, em comentários sobre o texto, com fins de publicação.

